



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,39% São Paulo	107.595 102.948	R\$ 1.100	R\$ 5,524 (+0,45%)	R\$ 6,249	6,76%	8,34%	Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25

CONJUNTURA

No primeiro dia, muitas dúvidas sobre o Auxílio Brasil

Inúmeras pessoas foram às agências da Caixa para saber se tinham direito ao benefício que substitui o Bolsa Família

Reprodução



Governo lançou aplicativo que fornece informações sobre o novo programa social

» FERNANDA STRICKLAND

O primeiro dia do pagamento do Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família, foi marcado por desinformação e confusão em agências da Caixa Econômica Federal. Sem saber se seriam contempladas, ou não, muitas pessoas tentavam conseguir esclarecimentos sobre o novo benefício. Diante da falta de informação, antigos beneficiários do Bolsa Família, por exemplo, temiam ficar sem recursos para sobreviver. Com o desemprego elevado e a inflação que aumentou o preço dos alimentos básicos, parte expressiva da população chega a até passar fome.

Em muitas cidades, como Rio, São Paulo e Fortaleza, houve aglomeração diante das unidades da Caixa. Em Brasília, nas agências visitadas pela reportagem, ninguém passou a noite na fila. As pessoas começaram a chegar depois das 6h, duas horas antes de as agências abrirem, mas as filas começaram a diminuir perto da hora do almoço.

A manicure Zilda Maria de Jesus, 43 anos, contou que recebia do Bolsa benefício de R\$ 100 para mães que são chefes de família. “Eu vim buscar informações sobre a possibilidade de receber o auxílio. Estou trabalhando como manicure, mas, como não é carteira assinada, não é algo certo e não tem sido suficiente para sustentar meus filhos. Na situação em que estou, preciso de ajuda”, contou.

Zilda tem dois filhos, um de 14 anos e outro de 12, e, como eles ainda não podem trabalhar, a manicure sustenta a casa sozinha. “Se conseguir o auxílio, eu vou pagar contas atrasadas, mas não sei se será o suficiente, já que o valor é baixo. Tudo está muito caro, não tem mais como viver bem hoje em dia. Se hoje eu sair daqui sem auxílio, não sei o que vou fazer”, disse.

Neste mês, o benefício médio do Auxílio Brasil é de R\$ 218,18. O governo havia prometido R\$ 400, mas condiciona esse valor à aprovação da PEC dos Precatórios, em discussão no Congresso. Se a PEC

passar ainda este mês, os R\$ 400 poderão ser pagos em dezembro.

O motorista de aplicativo Maurício Nunes, 45, estava aguardando na fila, para obter mais informações sobre o auxílio. “Eu preciso saber se tenho direito, não consegui achar informação em lugar nenhum. Eu recebia auxílio emergencial, pois, quando fiquei desempregado, o Auxílio Desemprego me ajudou por apenas três meses. Depois disso eu tentei sobreviver com meu filho de 9 anos e minha esposa, que é dona de casa, com o auxílio emergencial”, comentou.

Nunes relatou que está desempregado desde agosto de 2019 e que, antes da pandemia, trabalhava como vendedor em uma loja de instrumentos. “A loja faliu e eu fiquei sem saber o que fazer. Quase fui despejado da casa que eu alugava, mas com a ajuda do meu cunhado, que me emprestou o carro, conseguir sobreviver neste tempo. Agora, com a alta da gasolina, tudo piorou, e eu preciso muito desse Auxílio Brasil”, observou.

A economista Catharina Sacerdote afirmou que essas reações ocorrem porque a transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil foi abrupta e com critérios vagos e incertos. “Não vi uma campanha, um anúncio e esclarecimento. Acredito que quem tem pouco acesso a alguns veículos de mídia, mal entende que um programa foi substituído por outro.”

Cadastros

O Ministério da Cidadania explicou que as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família que mantinham a elegibilidade até o fim de outubro foram todas migradas para o Auxílio Brasil, sem exigência de recadastramento. “Neste mês, serão atendidas 14,5 milhões de famílias de todo o país, o que representa um repasse da ordem de R\$ 3,25 bilhões. Em dezembro, o número passará para 17 milhões, zerando a fila de espera. O atendimento alcançará mais de 50 milhões de brasileiros ou um quarto da população.”

O ministério informou, ainda, que tem adotado medidas para intensificar a divulgação das informações sobre o Auxílio Brasil. “Além da ampla divulgação nos canais oficiais da pasta, o órgão também tem mantido diálogo com os postos de atendimento que realizam a inscrição e a atualização no Cadastro Único, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras)”. De acordo com a Caixa, os cartões e as senhas utilizados para saque do Bolsa Família continuarão válidos e poderão ser utilizados para o recebimento do Auxílio Brasil. Os beneficiários com conta-poupança digital irão receber diretamente pelo Caixa Tem.

Pobreza

Uma das informações mais procuradas nas agências foi quem tem direito ao Auxílio Brasil. Segundo a Caixa Econômica, as famílias com renda per capita de até R\$ 100, consideradas em situação de extrema pobreza, e aquelas com renda per capita de até R\$ 200, consideradas em condição de pobreza, poderão receber o benefício. “Para quem já era inscrito no Bolsa Família, o auxílio será pago automaticamente neste mês. Quem ainda não recebia Bolsa Família, mas está inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e atende os requisitos do programa, poderá ser incluído nos próximos meses”, explicou a Caixa. Porém, não há garantias nem prazos.

Quem preenche as condições do programa, mas não está inscrito no CadÚnico, precisa se inscrever para começar a receber o benefício. Conforme a Caixa, a inscrição é feita apenas de forma presencial, nos postos do Cras ou do CadÚnico e do Programa Bolsa Família das prefeituras.

Além disso, também será lançado o aplicativo Auxílio Brasil, que substituirá o do Bolsa Família. Até a emissão de um novo cartão, os beneficiários vão poder sacar o novo auxílio usando o cartão do Bolsa Família, com a mesma senha.

Câmara aprova desoneração

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores até dezembro de 2023. A medida virou prioridade da presidência da Casa após a aprovação da PEC dos Precatórios, na semana passada. A votação ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) de forma simbólica, e não precisará passar pelo plenário.

O texto, de autoria do deputado Efraim Filho (DEM-PB), previa inicialmente a desoneração até 2026, mas o governo temia grandes perdas de arrecadação. Para o ano que vem, estima-se que a União deixará de arrecadar R\$ 8 bilhões. Deputados, no entanto, convenceram o governo de que os efeitos de uma possível demissão seriam mais desastrosos.

Com isso, o relator do

projeto, deputado Marcelo de Freitas (PSL-MG), alterou a data de prorrogação de 2026 para 2023. A alteração no mérito do texto veio de uma manobra com o aval do presidente em exercício da Câmara, deputado André de Paula (PSD-PE), que permitiu à CCJ fazer a análise de mérito do projeto.

“É um projeto de ganha-ganha, que tem apoio do setor produtivo, reduz carga tributária, reduz impostos”, afirmou Efraim Filho. Já o relator da proposta na Comissão, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG), disse que a proposta é importante para gerar empregos no ano que vem.

Apesar da prorrogação, o setor produtivo tenta negociar uma desoneração mais ampla, algo que deve ser discutido nos próximos meses, mas que não deve avançar tão cedo, já que o governo ainda conta com a aprovação da PEC dos Precatórios para conceder benefícios através de

renúncias fiscais.

Com o texto aprovado, a desoneração da folha continua apenas para 17 setores. São eles: calçados; call center; comunicação; confecção/vestuário; construção civil; empresas de construção e obras de infraestrutura; couro; fabricação de veículos e carrocerias; máquinas e equipamentos; proteína animal; indústria têxtil; TI (Tecnologia da informação); TIC (Tecnologia de comunicação); projeto de circuitos integrados; transporte metroferroviário de passageiros; transporte rodoviário coletivo; transporte rodoviário de cargas.

A desoneração funciona de forma a substituir a contribuição previdenciária sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre a receita bruta, que pode variar de 1% a 4,5%. O projeto ainda precisa passar pelo Senado, onde há boa vontade, segundo o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE).

ESPECIAL

enem 2021

LIVE

Foco na preparação antes da prova

Com os professores do Colégio Sigma

ASSISTA HOJE, ÀS 18H
no site e redes sociais do Correio

Português e Redação - Prof. Josino Nery Neto

Filosofia e Sociologia - Prof. Edivaldo M. dos Santos

Geografia - Prof. Paulo Macedo

História - Prof. Erik Barbosa Surjan

correiobraziliense.com.br /especialenemcb



Patrocínio: **Sigma**

Realização: **CORREIO BRAZILIENSE**